

Comércio acha as medidas injustas

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio de Oliveira Santos, criticou com veemência as novas medidas econômicas qualificando-as de injustas. Segundo ele, os empréstimos compulsórios darão a impressão de que não existe inflação enquanto ela continuará a se desenvolver. No caso específico da gasolina e do álcool, o empresário afirmou que seria melhor um tributo "e não um empréstimo em cima de um litro de um dos combustíveis".

Oliveira Santos considerou que "não é justo que o povo pague imposto de renda e ao destinar o seu dinheiro para a compra de um carro, por exemplo, receba o ônus do empréstimo". O presidente da CNC considerou ser importante que todos contribuam com o governo, mas antes é preciso que este acabe com os privilégios. O empresário enfatiza que enquanto o povo em geral será taxado duas vezes, "os deputados, senadores, juízes e militares não pagam nem sequer o imposto de renda".

Na concepção de Oliveira Santos, o ideal seria que o Governo tivesse tido a coragem de aumentar e pedido a contribuição do povo mais uma vez, "pois os empréstimos desencadearão no descongelamento. Oliveira Santos considerou que não havia razão do Governo adotar as novas medidas "quando seria mais fácil reconhecer uma inflação de 10 ou 15 por cento". Com este índice o Brasil estaria numa das melhores colocações do mundo uma vez que é utópico um país sem inflação.

REDUÇÃO

Para o empresário do setor da engenharia, Sérgio Quintel, as novas medidas têm apenas caráter utópicopico. Ele explica que elas deveriam prever a redução de despesas do governo, e não "castigar a classe média, principalmente".

Antes de chegar ao extremo dos compulsórios, afirmou ele, o Governo tinha ainda a opção de aumentar os impostos diretos, pois os empréstimos condenarão o Plano Cruzado.